

170 333

172 4



Foto: Ricardo Brasileiro

Os trabalhadores rurais se reuniram no INCRA em Mirandela

Definida a situação dos posseiros de Mirandela

O primeiro passo para a resolução dos problemas dos posseiros não-índios expulsos do município de Banzaê com a criação da reserva indígena de Mirandela foi dado ontem, em reunião na sede do INCRA, com representantes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag), dos posseiros, de trabalhadores rurais de vários municípios, da Funai e do cacique kiriri Manoel Cristóvão Batista.

"Valeu a pena. Foi definida uma metodologia e estabelecida a cooperação. Chegamos a um acordo", disse o superintendente regional adjunto do INCRA, Fernando Pithon, explicando que será encaminhado um documento à direção da Funai, com subsídios para a indenização dos posseiros. Anunciou que a partir de janeiro será feito o levantamento, através do Sistema Nacional de Crédito Rural, para identificação de áreas para assentar os trabalhadores.

A maior vitória, no entender de todos, foi chegar a um consenso a fim de evitar um conflito entre índios e posseiros. O diretor da Fetag, Higino José Filho, explicou que são 139 famílias que caíram na marginalidade, muitas passando fome. Ele adiantou que o desejo é que a Funai e o INCRA trabalhem em sintonia, a primeira pagando as indenizações e o segundo promovendo o reassentamento.

PRAZO MAIOR

O representante da Funai de Paulo Afonso, Francisco Germino, acha importante essa interação e explicou que o objetivo é tentar contornar a situação de forma natural. O advogado da diocese de Paulo Afonso, Jairo Monteiro, disse que "queremos impedir que ocorra o que aconteceu em Mirandela, quando os não-índios, ao receber a indenização, tinham apenas 10 dias para desocupar as terras, ficando à mercê de especuladores. Ele revela que há mais oito povoados em situação difícil, "com o clima tenso, pois os não-índios não vão aceitar a retirada absurda como se deu em Mirandela".

Os índios kiriris aceitam que os posseiros fiquem até se conseguir uma solução, "só que tem que ser rápido", falou o cacique Manoel Cristóvão Batista, que afirmou lutar pela indenização dos trabalhadores rurais. Ele apóia a desapropriação de terras limítrofes, desde que sejam fora da reserva.

Um fator complicador, de acordo com o advogado da diocese de Paulo Afonso, é que existem os trabalhadores arrendatários e os diaristas, "que não são nem posseiros", além dos povoados com comércio e moradores que não são trabalhadores rurais. "Tem povoado até com dois vezeiros".